



**Rede Internacional de Gênero e Comércio**  
Boletim Mensal (IGTN) Vol. 6 nº 4

julho de 2006

**Colapso das negociações da OMC**  
[www.IGTN.org](http://www.IGTN.org)

**DECLARAÇÃO DA IGTN CONTRA ATAQUES ISRAELENSES AO LÍBANO** – Fabiana Comparato, Secretariado da IGTN

**DECLARAÇÃO DA IGTN SOBRE O COLAPSO DA RODADA DE DOHA DA OMC**

**NOTÍCIAS DAS NEGOCIAÇÕES**

- Suspensão das negociações da OMC: Hora de refletir – Maria Rosaria Iorio, IGTN Genebra.
- Notas sobre a Reunião do Conselho Geral da OMC – Naty Bernardino, IGTN-Ásia

**A IGTN EM AÇÃO**

- A responsabilidade da UE na OMC: Desenvolvimento, Gênero e Meio Ambiente II – Jaana Villberg, WIDE.
- O que as Feministas têm a ver com economia e políticas democráticas – IGTN-Ásia.

**RECURSOS DE GÊNERO E COMÉRCIO**

- Interligações entre Comércio, Gênero e Pobreza – Liepollo Lebohang Pheko, GENTA

**AVISOS E EVENTOS**

- Fórum Internacional dos Povos X FMI e Banco Mundial – IGTN-Ásia
- Vídeo da WIDE: Fritas, Basmati e Bananas

## **DECLARAÇÃO DA IGTN CONTRA ATAQUES ISRAELENSES AO LÍBANO**

Fabiana Comparato – Secretariado da IGTN

A IGTN – Rede Internacional de Gênero e Comércio, gostaria de expressar sua mais profunda preocupação e solidariedade com o povo libanês diante das atuais agressões israelenses.

A IGTN condena os ataques israelenses contra o Líbano e repudia essa ação criminoso, que atinge indiscriminadamente alvos civis. A “Guerra ao Terror” não é justificativa para uma política de punição coletiva que inclui a tomada do Líbano e o bombardeio aos elos de transporte, e resulta em cidadãos desabrigados e mortos.

Em 27 de julho, o Ministro da Justiça Israelense Haim Ramon disse que Israel tinha dado bastante tempo aos cidadãos para se retirarem do sul do Líbano. “Todos os que estão agora no sul do Líbano são terroristas de alguma forma ligados ao Hezbollah”, disse ele, segundo a BBC. Uma afirmativa dessas reflete profunda falta de respeito pela vida humana e um desejo consciente de desmoralizar, enfraquecer e atacar um estado soberano e sua população.

Nós pedimos o cessar-fogo imediato, pois trata-se do único passo possível a ser dado na direção de qualquer negociação e de uma chance de intervenção humanitária, de reconstrução da infraestrutura civil e uma recuperação geral do Líbano.

Nós apoiamos a convocação à não violência das associações da sociedade civil libanesa e de outras organizações globais, que trabalham para se fazerem ouvir com seus protestos e para veicular sua solidariedade ao Líbano e outros países, que também são alvos de agressões na região.

## **DECLARAÇÃO DA IGTN SOBRE O COLAPSO DAS NEGOCIAÇÕES DE DOHA NA OMC**

A suspensão indefinida das negociações de Doha na OMC expôs a dimensão do abismo de interesses entre os países desenvolvidos e os países em desenvolvimento. Apesar da convocação “enganosa” dos líderes do G8 para uma retomada das negociações e para conclusão da Rodada, o seleto grupo de membros escolhidos chamados para negociar – UE, EUA, Japão, Brasil, Índia e Austrália (chamados G6) – não conseguiu encontrar bases comuns e sua única opção foi

interromper as negociações. Essa parada encontrou um óbvio membro para levar a culpa, pois os EUA não estavam preparados para fazer cortes maiores nos seus subsídios agrícolas. Embora os negociadores dos países em desenvolvimento – a saber, da Índia e do Brasil – tenham declarado que isso é um retrocesso muito grande devido aos seus próprios interesses domésticos e de mercado, o fato é que os acordos de comércio que estavam em jogo não correspondem aos interesses das populações dos países em desenvolvimento.

O atual entrave na OMC revela que a Rodada de Doha, apesar de declarada sobre as premissas da “soberania alimentar” e do “desenvolvimento rural”, jamais foi o que se proclamava ser: uma “rodada do desenvolvimento”. A rodada só reafirmou o seu descarado viés de servir a interesses privados subordinando as necessidades de mulheres e homens nos países em desenvolvimento aos lucros gerados por grandes empresas corporativas. A IGTN acredita que uma verdadeira rodada de desenvolvimento leve em conta o fato de que não pode haver desenvolvimento sem emprego e renda para as populações locais, em geral, e para as mulheres, em particular. Os negociadores não devem se esquecer do preâmbulo do acordo de Marrakech: estabilidade, crescimento econômico sustentável e emprego. Perder o foco dessas questões significaria perder o foco do desenvolvimento, minando-o conseqüentemente.

O colapso das negociações de Doha cria uma importante oportunidade para aqueles que representam os interesses da sociedade civil questionarem e influenciarem o atual sistema internacional de comércio. As ONGs e os movimentos sociais deveriam aproveitar essa janela de oportunidade que é crucial para o engajamento nesse desafio, sem aceitar o “mal menor” como uma opção. Da mesma forma, é importante lembrar que a atual instabilidade de um sistema de comércio multilateral, como a OMC, traz à tona preocupações à medida que esse sistema abre a possibilidade de retomada dos ALCs (Acordos de Livre Comércio) bilaterais, o que torna as negociações entre países com diferentes níveis de desenvolvimento muito mais difícil e desigual.

É hora de rever negociações passadas, analisar as falhas do sistema da OMC em sua totalidade e conceber um sistema renovado e verdadeiramente

democrático que promova, de forma genuína, o desenvolvimento sustentável justo e com equilíbrio de gênero. Conforme foi mencionado antes, essa política para o comércio internacional deve se restringir e ser regida por acordos internacionais que promovam os direitos humanos e os direitos das mulheres, a sustentabilidade ecológica, a dignidade humana e deve visar o fim da pobreza e a promoção do bem-estar.

## NOTÍCIAS DAS NEGOCIAÇÕES

### SUSPENSÃO DAS NEGOCIAÇÕES DA OMC: HORA DE REFLETIR

Maria Rosaria Iorio, julho de 2006, Secretariado da IGTTN – Escritório de Genebra

*"Ante a persistência do impasse, eu creio que a única providência que posso recomendar é suspender as negociações da Rodada como um todo de forma a permitir que os participantes façam sérias reflexões, o que se faz claramente necessário agora."*

Com essa afirmativa, o Diretor Geral da OMC Pascal Lamy suspendeu as negociações da OMC e pediu um "tempo" para que todos os grupos "estudem a situação, examinem as possíveis opções e revejam posições".

Essa suspensão, a meu ver, envia um forte sinal político, pois a Agenda de Desenvolvimento de Doha (ou DDA na sigla em inglês) foi lançada logo após os ataques de 11 de setembro aos EUA, que haviam colocado o sistema mundial de comércio num contexto geopolítico mais amplo. Na ocasião, havia de fato um sentimento de solidariedade entre todos os membros da OMC. O comércio não era apenas uma questão econômica, mas havia se tornado parte do contexto de estabilidade ou instabilidade política e social do mundo todo. O desejo de corrigir distorções no sistema econômico mundial foi claramente colocado e reiterado, resultando assim na DDA.

Alguns anos mais tarde, o contexto geopolítico já mudou novamente. Embora não possa ser visto como o único meio de estabilizar as relações internacionais<sup>1</sup> ao mesmo tempo em que garante o desenvolvimento e a igualdade social, o comércio

<sup>1</sup>The WTO rules and procedures established a trade international regime, which should allow its Members to reduce instability and unpredictability in international trade.

internacional continua sendo o símbolo de um sistema que não assegura redistribuição equitativa da previdência e da riqueza no mundo. E assim continua gerando desigualdades cada vez maiores entre países ricos e pobres, entre as minorias de gente rica e a maioria de gente pobre nos níveis nacionais de praticamente todos os países do mundo, e o enfraquecimento da representação democrática, o que resulta, entre outras coisas, em desigualdades de gênero.

Então, por trás das tecnicidades, podemos concordar com Pascal Lamy num ponto: *é hora de refletir*. Entretanto, a reflexão desta vez deverá passar por trás dos interesses nacionais e se expandir até um dos alardeados objetivos e fundamentos do sistema mundial de comércio, encarnado pela OMC: qual seja o de assegurar estabilidade e paz entre os parceiros comerciais.

A paz e a estabilidade só podem se basear na *solidariedade* e não na *competição*. Dentro da ótica das *concessões*, a questão sobre a qual se faz necessário refletir é: até que ponto as *concessões* atingem um equilíbrio real entre os diferentes interesses dos grupos e um equilíbrio mais geral do mundo? Ciente de que os governos precisam encontrar um equilíbrio entre compromissos internos e externos, o atual contexto exige uma segunda reflexão sobre o espaço para solidariedade que existe, ou não, no atual regime de comércio, e, se existe, até que ponto essa solidariedade pode ir.

Esses pontos me levam a uma terceira reflexão, ligada à *Aid for Trade*, ou Ajuda ao Comércio. Levantam-se muitas questões acerca da vontade que os países mais ricos têm de fornecer verbas para auxiliar o comércio, mas não estarem numa posição capaz de dar os passos necessários para atender pelo menos algumas das preocupações expressas pelos seus parceiros. Assim, compensar com auxílio governamental a falta de concessões que apoiariam uma parceria mais equitativa para o desenvolvimento ao passo que melhoram as perspectivas de relações internacionais mais equitativas. Ou, pelo menos, propiciar aos parceiros mais pobres e às suas populações a oportunidade de elaborar um projeto para o seu futuro. Esta reflexão é tanto mais pertinente neste estágio, pois este programa não pode estar amarrado a uma agenda do comércio, já que existe um vácuo no momento. E isto me leva ao meu último ponto.

Este processo ininterrupto “*transcende a OMC e tem a ver com o sistema multilateral como um todo*”, conforme declarou Celso Amorim (Ministro de Relações Exteriores do Brasil) na reunião do CNC em 24 de julho de 2006. De fato, o combate a situações de dependência que se perpetuam e a continuidade de distorções políticas nas relações tanto nacionais quanto internacionais, inclusive as distorções do comércio, deve fazer parte da reflexão para “pegarmos o bonde” de um mundo mais pacífico e equitativo.

## **NOTAS SOBRE A REUNIÃO DO CONSELHO GERAL DA OMC**

Naty Bernardino, julho de 2006, IGTN-Ásia

O Conselho Geral da OMC se reuniu em 27 e 28 de julho com uma agenda que consistia num relatório do Diretor Geral Pascal Lamy, como chefe do Comitê de Negociação do Comércio, e nos outros relatórios dos vários comitês. Conforme o esperado, o destaque da reunião foi a suspensão indefinida das negociações da Rodada de Doha após o fracasso das conversações informais do G6 na segunda-feira, 24 de julho.

### ***O Relatório de Lamy: “Sem prazo para retomada; tempo para reflexão”***

Lamy disse no seu relatório que “as lacunas ainda são muito grandes” e que “é impossível concluir a Rodada ainda este ano”; e, face a um impasse tão persistente, recomendou a suspensão indefinida das negociações.

Ele disse que “não tem proposta de prazos definidos e a retomada das conversações só ocorrerá se houver mudanças nas posições entrincheiradas de alguns membros” ou “somente depois que algumas decisões políticas forem tomadas por alguns membros acerca de umas poucas porém importantes questões na Rodada de Doha”.

Embora tenha expressado ressentimentos quanto ao colapso e a suspensão indefinida das conversações, Lamy reiterou a “importância sistêmica da OMC, a necessidade de fortalecer o sistema multilateral de comércio e, apesar do entrave, ele se dedicará a conduzir a Rodada a bom termo”.

Ele instou os membros da OMC a usarem o tempo (enquanto estão suspensas as conversações) para uma “reflexão sóbria em vez da diplomacia do megafone ou do jogo de culpa” e informou que se

colocará à disposição para contatos com todos os membros.

Depois que Lamy concluiu seu relato não foram poucas as delegações de países membros que se levantaram, uma após a outra, e fizeram declarações “diplomáticas” expressando ressentimento quando ao colapso das conversações e ao mesmo tempo aceitando a realidade de que as conversações precisavam ser suspensas.

### ***Questões da África e dos LDCs***

O Embaixador do Benin, representando o grupo da África, mostrou-se decepcionado com o impasse devido à inflexibilidade dos grandes países no comércio internacional. Ele disse que o “desperdício gerado pelo impasse teria conseqüências desastrosas para os LDCs e os países em desenvolvimento”, observando que um impasse assim significa não conseguir implementar imediatamente a Declaração do Algodão, especificamente quanto à redução e eliminação dos subsídios dados ao algodão pelos grandes países comerciantes (referindo-se indiretamente aos subsídios norte-americanos ao algodão).

Bangladesh, em nome do grupo dos LDCs, expressou o mesmo sentimento, dizendo que a suspensão das conversações afetaria questões cruciais para os LDCs que foram trazidas à mesa na Rodada de Doha. São elas o acesso dos produtos dos LDCs aos mercados sem tarifas nem quotas de importação, o EIF (um aprimoramento do Quadro Integrado, ou IF), o Auxílio ao Comércio e das modalidades dos LDCs para serviços.

### ***Desvincular o Auxílio ao Comércio e a Facilitação ao Comércio?***

Antes da reunião formal do Comitê Geral, a UE fez declarações públicas de que estava pronta para desvincular as questões de auxílio ao comércio e facilitação do comércio do todo único da Rodada de Doha a fim de continuar com as negociações nessas áreas apesar da suspensão das conversações. Alguns dos países membros menos desenvolvidos e em desenvolvimento disseram concordar com a proposta da UE ao menos para apoiar as questões de interesse primordial para os LDCs e os países do Grupo da África.

Embora tenha aparecido algum “consenso diplomático” sobre a questão, onde nenhum deles se opôs frontalmente à idéia, não se chegou a um

acordo formal no CG. As delegações de alguns países temem que os EUA não acolham bem a proposta, dizendo que foi fácil para a UE liberar uma idéia assim porque ela pode não significar comprometerimentos adicionais para a UE em comparação com os EUA.

**“Como está, onde está”: Sem repasse de questões, Sem retrocesso.**

Muitos países em desenvolvimento expressaram a visão de que os esforços para a retomada das conversações não deveriam ser usados como uma tentativa de fazer retroceder o que já se atingiu até o momento nas negociações das modalidades conforme se reflete nos relatórios do Presidente sobre Agricultura e o NAMA.

Os embaixadores do Brasil, Egito, Paraguai, Filipinas, Maurício e Zâmbia estavam entre os que advertiram contra o repasse de questões do Quadro de Julho de 2005 e da declaração ministerial de Hong Kong somente para que se pudessem retomar as conversações e chegar a um consenso sobre umas poucas seletas questões que alguns grupos chamaram de “Doha Light”.

O Brasil disse que nada mais *light* do que mandato de Doha, o Quadro de Julho e a ministerial de Hong Kong deveria servir de base para uma retomada das conversações, com medo de que alguns países membros pudessem tentar colocar sua disponibilidade política para voltar à mesa com base numa agenda reduzida, referindo-se indiretamente às ambições de acesso justo a mercados sem flexibilidades e SDT para os países menos desenvolvidos e em desenvolvimento.

As Filipinas destacaram que há desigualdades fundamentais no sistema de comércio e que “os países desenvolvidos deveriam se prontificar a aceitar benefícios menores da Rodada de Doha pois foram eles que colheram os melhores benefícios nas primeiras rodadas”. Quando lhe perguntaram numa reunião em separado como o seu país via a fórmula anterior de Lamy de uma “zona 20-20-20”, o embaixador respondeu dizendo que deveria ter sido “20-20-20-20”, onde o quarto “20” era a isenção de 20% das linhas tarifárias agrícolas como Produtos Especiais.

O Paraguai disse que “congelamento” é um termo mais apropriado que “suspensão” para ao menos indicar explicitamente que não haverá retrocesso do que já foi conquistado até o momento nas negociações quando retomadas as conversações.

**Sem formalização da suspensão, tampouco da retomada**

Embora tenha havido aceitação da realidade política de que as conversações devem ser suspensas indefinidamente, o Conselho Geral não formalizou a suspensão para evitar quaisquer gravames processuais de se ter de declarar formalmente a retomada das conversações.

Isso ocorreu apesar de perguntas feitas pela Venezuela sobre “como resolver a retomada”, “o que queremos dizer com condições maduras para uma retomada das negociações”, “quem determina essas condições maduras” e assim por diante. Cuba também expressou a mesma preocupação.

Sem nenhuma intenção de fazer refém a retomada das conversações através de gravames processuais, ambos os países estavam apenas expressando enfaticamente o seu espanto ante a “proliferação de reuniões informais de pequenos grupos”, referindo-se às reuniões do G6 e ao processo através do qual a suspensão foi informalmente resolvida nessa reunião. Eles apontaram para a subversão, nessas reuniões informais de pequenos grupos, do princípio expresso da OMC da “abordagem de baixo para cima”.

Numa reunião informativa para ONGs na tarde de 27 de julho, o secretariado da OMC confirmou que a suspensão não foi formalizada pelo CG de forma que a retomada das conversações quando houver condições propensas não irá requerer uma formalização semelhante dada pelo mesmo órgão. Eles disseram que isso evitaria uma situação onde um único membro poderia, hipoteticamente, votar um bloqueio à retomada das conversações. Acrescentaram ainda que “o processo não é a questão aqui mas sim a falta de disponibilidade política da parte de alguns membros... de que vale conversar se ninguém arreda de sua posição política”.

**Os EUA e nada além dos EUA...**

Embora não tenha sido expresso durante a reunião do CG, vários membros compartilham a visão de que foi a intransigência dos EUA que atrapalhou as conversações depois que a recém-indicada representante dos Estados Unidos para o comércio Susan Schwab saiu da reunião do G6 na segunda-feira quando eles não podiam aceitar um corte nos seus subsídios agrícolas para US\$ 12 bilhões

conforme proposto pelo G20 (liderado pela Índia e Brasil) ou pelo menos US\$ 15 bilhões conforme proposto pela UE. Ela voltou para casa ovacionada como heroína por quase todos em Washington que acreditavam que “a falta de um acordo é melhor do que um mau acordo”.

Os noticiários haviam indicado mais cedo que a equipe de negociação do comércio dos EUA está de mãos atadas por claras prioridades e considerações domésticas até que possa entrar politicamente nas negociações.

Uma delas é o forte lobby doméstico de grupos de produtores agrícolas contra o corte dos subsídios agrícolas pelo governo dos EUA cujos interesses muitos membros do Congresso Nacional, inclusive o governo Bush, não se arriscariam a conceder por causa das próximas eleições de 2008.

Depois tem o fim da autoridade de promoção comercial dos EUA em junho de 2007, que autoriza o governo Bush a fazer acordos de comércio sem que o Congresso possa fazer emendas ou alterações. Essa é a razão oficial não declarada para a imprensa com que a OMC queria ver concluída a Rodada de Doha antes do fim de 2006. Embora essa lei possa ser prorrogada pelo Congresso, muitos analistas acham que o governo Bush não assumiria o risco político com algo que não tem certeza de conseguir com o Congresso numa época em que muitos políticos não se arriscariam a ofender os lobbies agrícolas um ano antes das eleições de 2008.

Em terceiro lugar, a Lei Agrícola dos EUA deverá ser renovada no ano que vem. Pelas mesmas razões citadas acima, Bush e a maioria do Congresso dos EUA não iriam querer um Acordo de Doha atrapalhando sua soberania política para fazer pequenos cortes ou manter seus atuais níveis de apoio agrícola doméstico, quando não aumentá-los.

Segundo todas as indicações, a retomada das conversações de Doha parece depender em grande escala da decisão política dos EUA. Bem poderia ser o que Lamy chamou de “condições políticas maduras”. Alguns negociadores disseram que se as conversações não continuarem em cinco ou seis meses, o impasse pode levar mais tempo, algo em torno de três a quatro anos. Outros acham que pode continuar somente depois das eleições dos EUA em 2008.

## A IGTN EM AÇÃO

### A RESPONSABILIDADE DA UE NA OMC: DESENVOLVIMENTO, GÊNERO E MEIO AMBIENTE II

Jaana Villberg, julho de 2006, WIDE

A WIDE e a Amigos da Terra Europa (FOEE), com apoio da Fundação Heinrich Böll e patrocínio do Grupo dos Verdes/Aliança Européia Livre, fizeram uma reunião para dialogar sobre “Depois de Hong Kong: A responsabilidade da UE na OMC: Desenvolvimento, Gênero e Meio Ambiente II” em 11 de julho de 2006 no Parlamento Europeu em Bruxelas. Essa reunião foi um evento de acompanhamento após a bem-sucedida conferência “A responsabilidade da UE na OMC: “Desenvolvimento, Gênero e Meio Ambiente” realizada em novembro do ano passado<sup>2</sup>. Esta reunião, qual a conferência de novembro, reuniu representantes da sociedade civil, membros do Parlamento Europeu, a Comissão Européia e outros interlocutores para discutir formas de contribuição que as políticas da UE para o comércio podem dar para a justiça social e de gênero e para a sustentabilidade ambiental.

A primeira parte da reunião se concentrou no tema “O que a UE precisa fazer nas atuais negociações da OMC para cumprir seu compromisso com a sustentabilidade?” **Ingrid Spiller**, da Fundação Heinrich Böll, foi a facilitadora do primeiro painel. A palavra foi dada, inicialmente, para **Rupert Schlegelmilch** da Diretoria Geral para o Comércio da Comissão Européia, que falou sobre as avaliações de impacto da sustentabilidade (SIAs)<sup>3</sup> encomendadas pela CE sobre propostas de negociações da OMC, bem como da resposta política da CE a elas.

**Sonja Meister** da FOEE falou sobre conectar a proteção ambiental com a erradicação da pobreza, mostrando razões pelas quais a CE deveria se opor à liberalização dos recursos naturais. **Plamenka Markova** da BGRF falou em seguida sobre o impacto da liberalização do comércio sobre o sustento das mulheres com atenção especial para o GATS e a privatização da água na Bulgária. Finalmente, **Graham Floater**, negociador

<sup>2</sup>The conference report can be ordered from [info@wide-network.org](mailto:info@wide-network.org) or downloaded from the WIDE website at <http://www.wide-network.org>

<sup>3</sup>[http://ec.europa.eu/comm/trade/issues/global/sia/index\\_en.htm](http://ec.europa.eu/comm/trade/issues/global/sia/index_en.htm)

da OMC e responsável por políticas sociais na CE, falou sobre as políticas da OMC e gênero a partir da ótica da CE. Floater repetiu que as questões de gênero são multi-dimensionais e que é difícil combiná-las com as questões de comércio que também são bastante complexas e abrangentes.

O debate que se seguiu pegou e esclareceu algumas das questões levantadas pelos palestrantes.

### Diálogo das Políticas

A segunda parte da reunião se estruturou como um diálogo sobre políticas facilitado por **Raul Romeva i Rueda**, Deputado do Partido Verde. Os principais palestrantes deste segundo painel foram **Renate Nikolay**, Membro do Gabinete do Comissário para o Comércio Peter Mandelson, em diálogo com **Janice Goodson Foerde**, da IGTN/Europa/ICDA/KULU-Dinamarca; **Ronnie Hall**, Amigos da Terra Internacional; e **Myriam vander Stichele**, Centro para Pesquisa sobre Corporações Multinacionais (SOMO). No seu discurso de abertura, Romeva i Rueda comparou a atual situação a dois planetas que existam no universo: o planeta do desenvolvimento e o planeta das negociações do comércio<sup>4</sup>. A falta de conexão entre os dois planetas é o maior desafio, embora juntar os dois planetas seja realmente apenas uma questão de desejo político. A outra facilitadora do segundo painel, **Hiltrude Breyer**, Deputada do Partido Verde, apresentou o esboço do relatório que ela escreveu para o Parlamento Europeu sobre o papel e as perspectivas para as mulheres nas organizações internacionais do comércio e nas políticas internacionais<sup>5</sup>.

Em sua contribuição, **Janice Goodson Foerde** observou que lidar com questões de gênero e comércio exige uma conexão entre os níveis macro e micro em vez da concentração em um nível de cada vez; isso se referiu a comentários que Graham Floater fizera sobre especialistas em gênero olhando para o nível micro enquanto os analistas do comércio e os economistas olham para o nível macro. Janice Goodson Foerde pediu uma transversalização da igualdade do gênero e da outorga de poder às mulheres nas políticas da

UE para o comércio e nos seus acordos, questionando por que era tão difícil para a UE engendrar o comércio com a abordagem bifurcada e estratégia<sup>6</sup> de transversalização do gênero com intervenções e ações específicas de gênero simultaneamente.

**Ronnie Hall** culpou a UE pelo entrave depois de Hong Kong. Ela comentou que a razão pela qual os países em desenvolvimento haviam concordado com o acordo de Hong Kong era que a cláusula específica para os produtos especiais fora acertada e os países em desenvolvimento agora insistem em que haja um acompanhamento disso. **Renate Nikolay** pediu algum respeito pela luta da UE pelo desenvolvimento. Ela expressou sua satisfação com a unidade da UE em Hong Kong e em Genebra.

**Myriam Vander Stichele** acusou a UE de correr atrás somente dos seus interesses nas negociações do GATS e de não perseguir o desenvolvimento de forma alguma. Ela disse que a UE jogava agora o jogo dos EUA de permitir que interesses corporativos dominem as negociações.

A bem-sucedida reunião para o diálogo foi celebrada em torno de uma seleção de petiscos e bebidas do Comércio Justo.

O relatório completo da conferência se encontra em: [www.wide-network.org](http://www.wide-network.org)

### O QUE AS FEMINISTAS TÊM A VER COM ECONOMIA E POLÍTICAS DEMOCRÁTICAS?

Gigi Francisco e Marina Durano, da IGTN-Ásia, conduziram o evento “O que as feministas têm a ver com Economia e Políticas Democráticas?” na Malásia em 7 de junho. Com a presença de aproximadamente 300 pessoas, o evento acabou sendo uma troca de experiências bastante espontânea com os malaios. A contribuição de Marina foi sobre as interligações entre pesquisa e incidência em questões econômicas e nos direitos das mulheres (concentrando-se no comércio internacional), enquanto Gigi falou sobre transversalização do gênero e políticas democráticas no contexto das reformas orientadas pelo mercado.

<sup>4</sup>Romeva i Rueda referred here to Frithof Schmidt who had suggested in the November conference that debates about trade and development “often seem to take place on two separate planets (see conference report, page 8.)

<sup>5</sup>Please contact Hiltrud Breyer for a copy of the report: [hiltrud.breyer@europarl.europa.eu](mailto:hiltrud.breyer@europarl.europa.eu)

<sup>6</sup>EU “Gender Resolutions” and “European Consensus” on development cooperation issues.

## RECURSOS DE GÊNERO E COMÉRCIO

### INTERLIGAÇÕES ENTRE O COMÉRCIO, GÊNERO E POBREZA

Liepollo Lebohang Pheko, junho de 2006 – GENTA

Apresentação da GENTA sobre comércio, gênero e pobreza na oficina intraregional da Oxfam em Addis Ababa de 21 a 24 de junho de 2006. O texto contextualiza o comércio, sua transição para a condição de “livre comércio” e o que isso significa em termos de acordos comerciais. Lebohang faz então uma avaliação da pobreza no contexto de gênero e comércio relacionando-a com a teoria do comércio, desenvolvendo daí uma análise de gênero das políticas do comércio e do crescimento econômico e suas conseqüências para as mulheres e para o desenvolvimento social.

Disponível em:

<http://www.igtn.org/page/693/1>

## COMUNICADOS E EVENTOS

### CONVITE PARA PARTICIPAR DO FÓRUM INTERNACIONAL DOS POVOS x FMI e BANCO MUNDIAL

15 a 17 de setembro de 2006, Batam, Indonésia & Cingapura

A IGTN-Ásia, como uma das realizadoras desse evento, convida a participar nesse processo de trocas, aprendizado, articulação, elaboração de estratégias e ações de protesto entre ativistas e movimentos de várias partes do mundo.

No mês de setembro de 2006, o FMI e o Banco Mundial estarão realizando sua Reunião Anual em Cingapura, nos dias 19 e 20. No espírito da resistência às políticas neoliberais e na tradição histórica das lutas dos povos pelo mundo inteiro contra a dominação econômica, os movimentos asiáticos juntos com um grupo internacional de redes, movimentos, campanhas e ONGs, estará realizando um Fórum Internacional dos Povos X o FMI e o Banco Mundial entre 15 e 17 de setembro. O Fórum será uma convergência de atividades e ações que articulam críticas, veiculam protestos e determinam alternativas ao papel, às políticas e às operações dessas instituições. Para obter mais informações: <http://www.igtn.org/page/695>

## FRITAS, BASMATI E BANANAS: ESTUDANDO A ECONOMIA PELA ÓTICA DAS MULHERES

*“Um filme de animação onde três marionetes animadas descobrem simultaneamente um mundo diferente daquele que conheciam. Um filme sobre o sustento de mulheres pelo mundo afora, suas dificuldades, lutas e iniciativas criativas para reverter a ordem mundial neoliberal. Um filme sobre marionetes cortando os cordões para virarem atrizes!”*

Este curta-metragem de animação, produzido pela WIDE e dirigido por Marina Galimberti e Suzanne Strobl, foi feito para servir como ferramenta e ponto de partida em oficinas e seminários que abordam questões tais como globalização, a agenda neoliberal, as atuais políticas macro-econômicas e seus impactos sobre o sustento das pessoas pelo mundo inteiro, a partir de uma ótica feminista. Seu objetivo é provocar o raciocínio, estimulando assim discussões e debates entre participantes. Escreva para o secretariado da WIDE em [info@wide-network.org](mailto:info@wide-network.org) para pedir uma cópia.

Para assinar ou cancelar sua assinatura do Boletim Mensal da IGTN, vá ao site:

[https://charlie375\\_server4you.de/cgi-bin/mailman/listinfo/igtn\\_bulletin](https://charlie375_server4you.de/cgi-bin/mailman/listinfo/igtn_bulletin)

Para ler os Boletins antigos, vá ao site da IGTN em:

<http://www.igtn.org/page/bulletins/>

Boletim editado por: Fabiana Comparato